



TRAMA GOLPISTA



Supremo mantém Bolsonaro na cadeia...

Ministros da Primeira Turma citam risco de fuga e reiterado desrespeito às medidas cautelares para confirmar prisão preventiva

» IAGO MAC CORD

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, manter a prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro, que está detido na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, desde sábado. O julgamento ocorreu no plenário virtual, das 8h às 20h de ontem.

Primeiro a votar, o ministro relator, Alexandre de Moraes, enfatizou que Bolsonaro violou a tornozeleira eletrônica, em ato "doloroso e consciente", para garantir êxito em uma possível fuga, facilitada pela confusão que seria provocada com a vigília convocada por seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Moraes ressaltou que a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seap/DF) comunicou ao STF a violação da tornozeleira à 0h08min do dia 22. A pasta também comunicou à Corte a confissão de Bolsonaro. "O relatório apontou que 'o equipamento possuía sinais claros e importantes de avaria. Havia marcas de queimaduras em toda sua circunferência, no local do encaixe/fechamento do case', bem como, 'no momento da análise, o monitorado foi questionado acerca do instrumento utilizado. Em resposta, (Bolsonaro) informou que fez uso de ferro de solda para tentar abrir o equipamento'", frisou o ministro, no voto.

"Embora a convocação de manifestantes esteja disfarçada de 'vigília' para a saída do réu Jair Messias Bolsonaro, a conduta indica a repetição do modus operandi da organização criminosa liderada pelo referido réu, no sentido da utilização de manifestações populares criminosas, com o objetivo de conseguir vantagens pessoais", sustentou. "Neste caso, a eventual realização da suposta 'vigília' configura altíssimo risco para a efetividade da prisão domiciliar decretada e põe em risco a ordem pública e a efetividade da lei penal", acrescentou. Ele afirmou, ainda, que Bolsonaro descumpriu, reiteradamente, as medidas cautelares impostas pela Corte.

Por sua vez, o ministro Flávio Dino, presidente da Primeira Turma, sustentou, em seu voto, o risco de Bolsonaro tentar escapar de cumprir a sentença a que foi condenado por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. "Há dados objetivos que evidenciam de forma



O ex-presidente Jair Bolsonaro admitiu a violação da tornozeleira eletrônica, mas alegou "alucinação" e "certa paranoia"

Os próximos passos

O que acontece agora?

O ex-presidente Jair Bolsonaro deve continuar preso cautelarmente até o final dos recursos na ação penal da trama golpista, na qual foi condenado a 27 anos e 3 meses. Quando o processo da tentativa de golpe chegar ao fim, o que deve ocorrer nos

O que diz a defesa

A defesa do ex-presidente defendeu, no STF, que, mesmo queimando a tornozeleira, Bolsonaro não retirou o equipamento. Além disso, apontou "efeitos colaterais em razão das diferentes medicações prescritas". Segundo a defesa, isso levou a "pensamentos persecutórios e distantes da realidade".

Para os advogados, o ex-presidente não tentou fugir: "Nada, na ação descrita nos

documentos produzidos pela Seap, narra uma tentativa de fuga ou de desligamento da tornozeleira eletrônica. Muito pelo contrário, expõe um comportamento ilógico e que pode ser explicado pelo possível quadro de confusão mental causado pelos medicamentos ingeridos por Bolsonaro, sua idade avançada e o estresse a que está inequivocavelmente submetido", afirmam os advogados.

contundente o risco à aplicação da lei penal. Ressalte-se que já foram identificados, em momentos pretéritos, planos de fuga, demonstrando intenção de frustrar a atuação estatal", escreveu. "Ademais, o próprio condenado, de maneira reiterada e pública, manifestou que jamais se submeteria à prisão, o que revela postura de afronta deliberada à autoridade do Poder Judiciário."

A violação à tornozeleira também foi destacada por Dino. "Soma-se a esse quadro o confessado descumprimento do monitoramento eletrônico, conduta que não apenas eleva o risco de evasão, como também denota flagrante violação das medidas cautelares fixadas pelo Poder Judiciário, inclusive com a tentativa incontrovertida de destruição do equipamento que assegura a fiscalização da determinação do Judiciário", frisou.

Outro ponto abordado pelo ministro foram as fugas, para o exterior, de aliados de Bolsonaro — como os deputados federais Alexandre Ramagem (PL-RJ), Carla

Zambelli (PL-SP) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Para ele, demonstram a "ambiência vulneradora da ordem pública em que atua a organização criminosa chefiada pelo condenado, compondo um quadro que, lamentavelmente, guarda coerência com o conjunto de ilegalidades já reprovadas pelo Poder Judiciário".

Dino reforçou, também, que a vigília convocada por Flávio Bolsonaro configuraria risco à ordem pública e "possibilidade de criação de condições que favoreceriam eventual evasão do país". Já os ministros Cristiano Zanin e Cármem Lúcia acompanharam o relator, sem apresentar voto escrito.

Na audiência de custódia, no domingo, Bolsonaro disse que danificou a tornozeleira por causa de uma "certa paranoia", supostamente causada pela combinação de medicamentos. Alegou ter tido uma "alucinação" de que havia escuta dentro do aparelho e, por isso, resolveu abri-lo com um ferro de solda. Ele negou, no entanto, uma tentativa de fuga.

“

O próprio condenado, de maneira reiterada e pública, manifestou que jamais se submeteria à prisão, o que revela postura de afronta deliberada à autoridade do Poder Judiciário. (...) A experiência recente demonstra que grupos mobilizados em torno do condenado, frequentemente atuando de forma descontrolada, podem repetir condutas similares às ocorridas em 8 de janeiro"

Flávio Dino, ministro do STF

“

Não há dúvidas, portanto, sobre a necessidade da conversão da prisão domiciliar em prisão preventiva, em virtude da necessidade da garantia da ordem pública, para assegurar a aplicação da lei penal e do desrespeito às medidas cautelares anteriormente aplicadas"

Alexandre de Moraes, ministro do STF

...E oposição se mobiliza por anistia

» WAL LIMA

Com a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, o PL definiu que o único objetivo, nesta semana, na Câmara, será pautar o projeto da anistia. Ontem, deputados e senadores bolsonaristas se reuniram por mais de três horas para traçar as estratégias voltadas à aprovação do texto.

Porta-voz do grupo, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que não abrirá mão de buscar o fim das punições, classificadas por ele como "absurdas", aplicadas a "pessoas inocentes".

Ao ser questionado sobre as negociações na Câmara para uma eventual dosimetria das penas em vez da anistia total, Flávio disse que o PL jamais cogitou esse acordo. Afirmou que o partido sempre deixou claro que a

proposta não seria aceita.

O senador argumentou que o relator deve apresentar seu texto e que a votação deve ocorrer de forma direta, permitindo que a maioria decida. "O nosso compromisso é com a anistia. Não temos compromisso nenhum com a dosimetria", enfatizou. E destacou ter uma boa relação com o relator do projeto, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), que, conforme frisou, tem sido aberto ao diálogo.

Ele também criticou a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que mandou Bolsonaro para a prisão preventiva. Segundo o senador, a vigília que convocou tinha o objetivo apenas de orar pela saúde do pai e pela justiça em favor do ex-presidente. Para o parlamentar, o Judiciário

transformou o ato em crime e agiu com intolerância religiosa.

Na avaliação de Flávio, houve uma tentativa de enquadrar a vigília como articulação criminosa, motivo que deve servir de alerta às lideranças religiosas do país. O senador chamou de "esdrúxulo, covarde e inconstitucional" o motivo justificado para determinar a prisão preventiva, de tentativa de fuga. "Nunca passou pela nossa cabeça", sustentou.

Destaque

Na entrevista, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que a intenção da sigla será apresentar a proposta de anistia

destacou que o partido vem conversando com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e com o relator, ao longo dos últimos meses. Ele informou que, no último final de semana, conversou com Motta por telefone e que a mesma articulação está sendo feita com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Momentos após a entrevista coletiva, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que seria um "erro brutal" Motta pautar qualquer proposta que trate de anistia ou redução de penas para Bolsonaro.

"Nós não aceitamos parar a pauta da Câmara para discutir anistia ou diminuição de pena. Isso é escandaloso, inconstitucional e colocaria a Casa numa crise institucional violentíssima", disse. Ele

lembrou que o julgamento do caso Bolsonaro está na reta final no STF: "Querer votar um projeto desse agora não se sustenta".

O petista citou o vídeo no qual Bolsonaro confirma ter usado um ferro de solda para manipular a

tornozeleira eletrônica. "Há uma desmoralização política completa. O vídeo é gravíssimo. Espero que, depois disso tudo, Hugo Motta não cometa o erro de pautar um projeto dessa natureza", afirmou o líder.



Flávio Bolsonaro descartou a possibilidade de aceitar dosimetria